

Lógica ilógica

Milton Temer *

Uma coisa não bate com a outra.

Ou bem vale o diagnóstico desenvolvido por Collor, no discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU, sobre a gravíssima crise que vivemos — e reafirmado pelo apelo feito na conversa particular com Bush, para que intervisse contra a pressão, sobre o Brasil, dos credores privados internacionais da "dívida externa" — ou bem valem as propostas que seu governo faz no plano interno.

São duas posturas antagônicas.

Se Collor tem claro, como afirmou nesse discurso, que o perigo da desestabilização resultante da crescente diferença entre países industrializados — com economias em estado de graça — e o Terceiro Mundo — atingindo níveis de degradação até então desconhecidos — é visível; se reafirma condicionando futuros compromissos às nossas possibilidades de saldá-los sem mais sacrifícios para os despossuídos, não tem sentido manter, no plano interno, projetos que reproduzem o processo de concentração perversa, ora em prática no campo internacional. Onde a renda dos mais pobres financia o incessante enriquecimento dos já muito ricos.

Afinal, não foi o próprio Presidente quem declarou recentemente, em coletiva para editores de grandes jornais, não podemos continuar no ritmo de exportação de divisas que nos fez entregar, somente nos últimos cinco anos, US\$ 54 bilhões aos bancos estrangeiros? E pior, ver essa fortuna capaz de mudar a cara do país consumida apenas com o pagamento de juros e serviços. Sem que um tostão sequer fosse abatido do principal da infundável "dívida externa"?

Foi o próprio Collor, portanto, "social-liberal" e defensor da economia de mercado, como se definiu ele mesmo no discurso que serve de referencial ao nosso comentário, quem denunciou a aberração dos acordos que nos levam a, internacionalmente, estarmos prisioneiros dessa lógica só comparável à agiotagem de porta de repartição pública.

É nesse quadro, que devemos, friamente, recompor a discussão sobre uma efetiva reforma das estruturas econômicas em nosso país. Sem ter que considerar, como parâmetro de "modernidade", que a recuperação dessa situação de quase falência nacional possa se dar, seriamente, nos termos das fórmulas ortodoxas do FMI. Ou, nos termos da abertura de nossa economia à rapinagem estrangeira, enquanto nossos produtos continuam a ser sobretaxados pelo protecionismo industrial norte-americano. Sem discussão mais profunda, tudo isso cheira a ingenuidade, para não dizer má intenção.

Antes de tudo, é preciso definir sob que conjuntura mundial transitamos. Neste momento, o Congresso americano discute a ajuda, a fundo perdido, de US\$ 10 bilhões, exigidos por Israel, para começar a discutir-se numa conferência de paz sobre o Oriente Médio. Depois da exigência de Bush para que a ONU volte atrás no voto de 1975 identificando o sionismo com o racismo, alguém tem dúvida sobre o real estado da demanda?

Mais ainda: neste momento, Gorbachev corre atrás da obtenção de US\$ 100 bilhões como condição para que a recuperação da economia do Leste europeu se dê nos termos do liberalismo hoje endeuçado pelos mesmos proprietários da antiga *menklatura* autoritária. Alguém tem dúvidas que, se não receber tudo, vai levar, pelo menos, uma boa parte?

Então, vamos botar o pé no chão: Os "recursos externos" não virão porque "abriremos nossa economia ao capital estrangeiro" (como se, aliás, e só para citar um exemplo, ela não tivesse estado aberta à ação cartelizada das montadoras multinacionais que sempre se beneficiaram do apoio a preços subsidiados, produzido por siderúrgicas estatais — rentáveis a despeito de tudo, e hoje transformadas em mercados de troca por papel sem valor).

Os desejados recursos externos virão se voltarmos a ser mercado consumidor potencialmente expressivo, como já o fomos no período de crescimento incessante que vivemos dos anos 50 ao fim dos 70.

Mas, até lá, ou buscamos aqui mesmo os recursos para a retomada de crescimento que podemos ainda gerar — compatibilizando o que nos resta de parque industrial ocioso, antes que seja sucateado, com a criação de um mercado interno, por conta da retomada de crescimento e criação de empregos —, ou vamos nos estrepar.

Fácil de resolver? Não. Mas, pelo menos, possível, se voltar à discussão uma proposta, sobre Imposto de Solidariedade, encaminhada no Congresso, pelo Partido dos Trabalhadores, a partir de uma constatação científica recente — 23% da renda nacional e 52% do patrimônio estão nas mãos de apenas 1% mais rico da população.

Isto é riqueza acumulada apenas por talento e aptidão empresarial? É claro que não. É, na verdade, e em muito, produto da privatização da propriedade social do Estado entre os poucos com acesso a subsídios e investimentos a fundo perdido. Entre a malta de privilegiados garantidos pela impunidade nas grandes corrupções com a verba do erário, ou em falências fraudulentas. Entre grileiros que transformaram imensos territórios de terras férteis, com imenso potencial produtivo, em simples toque de especulação, à custa da expulsão dos trabalhadores rurais para as favelas e periferias desassistidas das grandes capitais.

É duro, mas é assim mesmo. Estão aí notícias ainda frescas, de jornais denunciando rombos de US\$ 20 bilhões no sistema habitacional, e de US\$ 30 bilhões na Previdência. Em apenas uma década.

Nesse quadro dantesco, que preconceito pode haver contra essa verdadeira reforma tributária proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores, com base em experiências históricas da reconstrução europeia no pós-guerra? Reforma em que os beneficiados sejam privados de uma parte do seu plus para que a imensa horda de deserdados não cresça ainda mais.

Não pode haver. E teríamos, aí sim, uma forma justa de redistribuir renda e riqueza, de transformar a propriedade em algo digno, que nos recoloca no caminho da ressurreição possível, soberana e democraticamente.